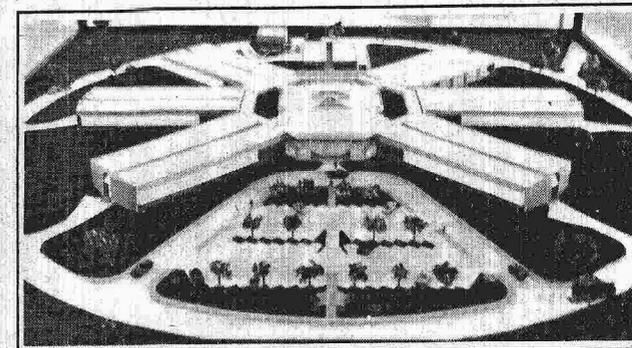


**DIA
NACIONAL
DA
SAÚDE**

Ainda em 78, o Sistema Nacional de Radioterapia



Maqueta do Laboratório Central de Controle de Drogas, Medicamentos e Alimentos, em Manguinhos

Até o final do Governo estará implantado no País o Sistema Nacional de Radioterapia. Criado em 1975 pelo Ministério da Saúde, foram gastos 10 milhões de dólares, ao câmbio da época, na compra de equipamentos especializados para o tratamento do câncer. Ao todo, são dezesseis bombas de cobalto, doze das quais já montadas e quatro em fase de montagem, um acelerador linear, dois simuladores, dez aparelhos de radioterapia convencional (ortovoltagem) e césium para o tratamento de câncer do colo do útero.

O sistema objetiva a instalação de serviços de radioterapia em cidades onde não existiam equipamentos para tratamento de câncer e reequipar outros serviços já existentes mas desatualizados, dando-lhes melhores condições de atendimento. Com sua implantação as cidades de Manaus, Campo Grande, Natal, Aracaju, Londrina e Sobral, que até então não dispunham de quaisquer tipos de equipamentos, passaram a contar com um serviço de radioterapia completo.

Os serviços foram montados nas capitais dos Estados, ou nas cidades-chave de região, de acordo com o índice populacional, a fim de evitar o deslocamento do doente para tratamento fora de sua cidade. Os equipamentos se destinaram a hospitais estaduais que mantêm convênio com o Ministério da Saúde e ao Instituto Nacional do Câncer, no Rio de Janeiro, que será o centro de excelência no País.

O Sistema Nacional de Radioterapia, que permitirá o atendimento de mais de dez mil novos casos de câncer por ano, é considerado um dos maiores empreendimentos realizados pela Divisão de Doenças Crônicas. Degenerativos — DNDCD

(antiga Divisão Nacional de Câncer) no período de 1974 a 1979, possibilitando a cobertura no campo da radioterapia do norte ao sul do País.

O Brasil dispõe hoje de quatro mil leitos para pacientes não previdenciários, custeados pelo Ministério da Saúde através da DNDCD. Para complementar esses serviços, o Ministério está providenciando a aquisição de dosímetros — aparelhos destinados à calibração dos equipamentos radioterápicos — e que serão utilizados nos departamentos de física médica já existentes na maior parte dos serviços instalados.

PREPARAÇÃO DE RECURSOS HUMANOS, A GRANDE META

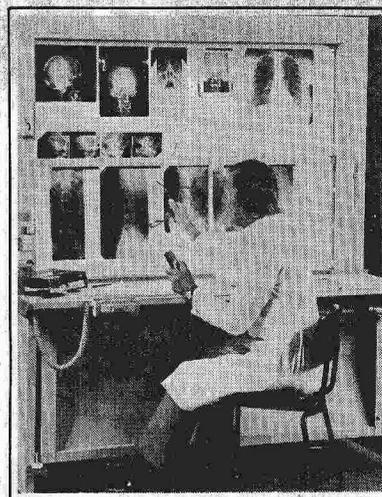
As entidades beneficiadas com a aquisição da aparelhagem, no entanto, recebem os equipamentos após a construção de uma casamata para instalação da bomba de cobalto, para evitar os efeitos das radiações. Por outro lado, a implantação do sistema gerou a necessidade de realização de cursos especializados para atualização e informação de físicos dosimetristas e demais pessoal técnico da área, visando ao fortalecimento dos centros regionais para melhor assistência aos doentes.

Receberam equipamentos especiais o Centro de Controle do Câncer, em Manaus; a Secretaria de Saúde da Bahia; O Instituto Nacional do Câncer do Ceará; o Hospital Universitário de Campo Grande; o Hospital Erasto Gaertner em Curitiba; o Instituto do Câncer de Londrina; o Hospital do Câncer de Recife; o Instituto Nacional do Câncer

do Rio de Janeiro; Liga Norte-grandense Contra o Câncer, de Natal; Hospital Santa Rita de Porto Alegre; Hospital A. C. Camargo e Fundação Centro de Pesquisa de Oncologia de São Paulo; Hospital das Clínicas de Sorocaba; Hospital Municipal de Campinas e, em Aracaju, o Hospital Augusto Leite. O reforço de equipamentos do Instituto Nacional de Câncer — INC, no Rio, permitiu o remanejamento de outros para a cidade cearense de Sobral.

● **PRIMEIRO CENTRO** — O primeiro Centro de Radioterapia inaugurado pelo Ministério da Saúde foi o do Hospital Municipal de Campinas, que dispõe de um prédio de 750 m². O Centro presta atendimento a toda a região de Campinas, com cerca de três milhões de habitantes. O investimento totalizou Cr\$ 14 milhões, incluindo recursos da Prefeitura local. Isso, paralelamente, permitiu que diminuisse a demanda de pacientes que procuravam tratamento em São Paulo, o que além de dispendioso era muitas vezes impossível.

● **ATUALIZAÇÃO** — Um dos grandes problemas enfrentados pela Divisão de Doenças Crônicas



Auto-alternador de radiografias

Degenerativas é a falta de pessoal especializado para atendimento dos doentes. Para atender essa falta, estão sendo promovidos diversos cursos. Por outro lado, visando proporcionar ao especialista, seja qual for o seu local de trabalho, os meios de conhecimentos capazes de mantê-lo atualizado nos temas oncológicos de seu interesse, o Ministério iniciou este ano um Programa de Disseminação Seletiva de Informações em Câncer, mediante convênio firmado entre a DNDCD e a Biblioteca Regional de Medicina-BIREME, da Organização Pan-Americana de Saúde-OPAS.

Para a fase inicial do Programa, que será permanente, foram selecionados os seguintes temas: câncer de mama; linfomas; câncer da cabeça e pescoço; câncer inecológico; do estômago, intestinos, pulmão, pele, da criança e tumor do aparelho locomotor. Basicamente, o Programa de Disseminação Seletiva de Informação em Câncer oferece um levantamento bibliográfico mensal sobre um dos temas escolhidos e cópias de artigos mencionados nos levantamentos, que são do tipo Cancerline, sistema automatizado de análise e recuperação de informação médica. Os levantamentos incluirão um máximo de 30 citações, todas do ano em curso, podendo o interessado escolher de cada bibliografia até um máximo de dez artigos e solicitar ao Programa o envio de cópias.

As bibliografias serão remetidas mensalmente em datas fixas. Este projeto facilitará a comunicação entre especialistas e permitirá a identificação de novas áreas de colaboração no campo das pesquisas epidemiológicas, básicas e clínicas, os programas de controle de câncer na América Latina bem como os Centros e Institutos que devam ser incluídos no Diretório Internacional de Centros Oncológicos de Pesquisas e Tratamento, publicados pela União Internacional de Combate ao Câncer, em Genebra.

O material oferecido por este Serviço de Informação é retirado de resumos de projetos de pesquisa em andamento sobre câncer, enviados ao Centro de Análise de Projetos de Câncer em Andamento pelos pesquisadores de todo o mundo.

EM CADA CAPITAL, UM SERVIÇO DE ONCOLOGIA

● **SISTEMA NACIONAL DE LABORATÓRIOS DE SAÚDE PÚBLICA** — Criado em abril de 1976, o Sistema Nacional de Laboratórios de Saúde Pública é a base dos serviços de epidemiologia e prevê a implantação, até o final do Governo, de 509 laboratórios de saúde pública em todo o País, dos quais 24 centrais, 65 regionais e 420 locais. Esses laboratórios se destinam a determinar a presença de bactérias, parasitos e vírus de doenças transmissíveis, através de técnicas padronizadas em âmbito nacional e com capacidade para atendimento em massa.

Os laboratórios estarão vinculados ao Sistema de Vigilância Epidemiológica — SVE — e deverão promover levantamentos, investigações e inquéritos epidemiológicos, atendendo gratuitamente os Centros de Saúde e serviços estaduais e federais de Epidemiologia, devidamente aparelhados para fazer diagnósticos de doenças transmissíveis como a brucelose, cólera, coqueluche, difteria, doença meningocócica e outras meningites, esquistossomose, febre tifóide, hanseníase, doença de chagas, peste, sífilis e outras doenças venéreas e tuberculose. Além disso fará o diagnóstico de viroses como febre amarela, poliomielite, raiva huma-

na, sarampo, varíola e as demais de interesse da saúde pública e o controle da água consumida pela população, iodetação do sal, controle do leite e alimentos vendidos à população, embora este último esteja restrito apenas aos laboratórios centrais credenciados.

A diferença fundamental entre o laboratório clínico e o de saúde pública é que o primeiro é estático, agindo em função das necessidades individuais de cada paciente, enquanto o segundo é dinâmico, não devendo limitar-se ao atendimento da demanda, mas proceder a inquéritos e levantamentos à procura das necessidades de interesse epidemiológico.

Quando o Ministro da Saúde, Almeida Machado, decidiu criar a Rede Nacional de Laboratórios de Saúde Pública, existiam no País apenas 23 laboratórios de saúde pública, dos quais 17 em São Paulo. Não havia nenhum laboratório regional de saúde (com exceção de São Paulo) e os laboratórios locais, quando existiam, não passavam de modestos e mal aparelhados postos de exames, destinados exclusivamente ao atendimento da clientela dos Centros de Saúde.

● **SITUAÇÃO ATUAL** — Dos 509 laboratórios que vão integrar a Rede Nacional de Laboratórios e que custarão ao Ministério da Saúde Cr\$ 147 milhões, já foram implantados até agora 23 centrais, 38 regionais e 139 locais, nos Estados do Acre, Amazonas, Pará, Amapá, Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia, Minas Gerais, Espírito Santo, Paraná, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Goiás, Distrito Federal e Territórios de Rondônia e Roraima. Do total de recursos, já foram gastos Cr\$ 107 milhões incluído aí o ano de 1978, ou seja, Cr\$ 35 milhões em 1976; Cr\$ 42 milhões em 1977 e Cr\$ 30 milhões para este exercício.